

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

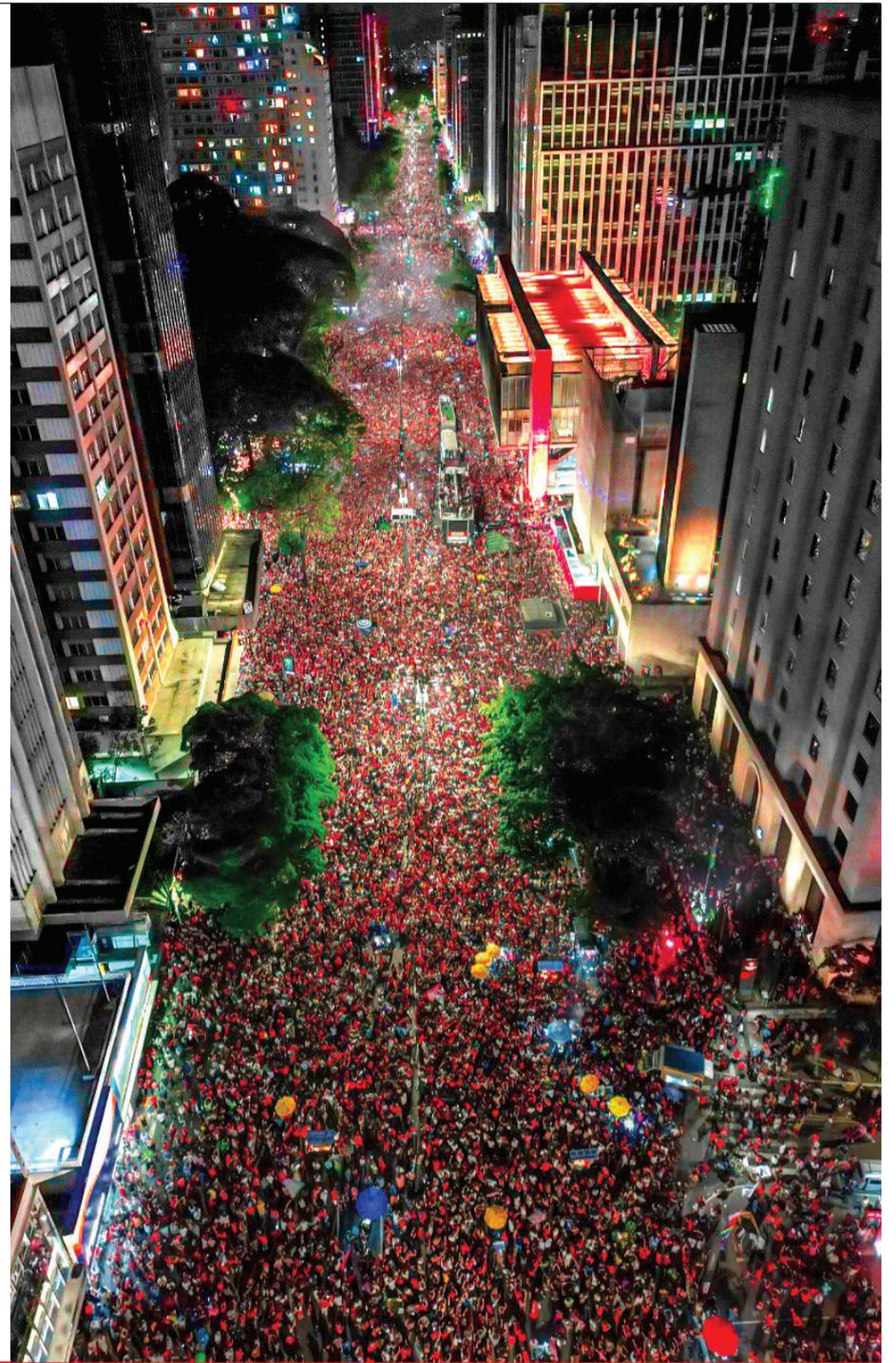
R\$ 5,00

nº 910 - de 17 de novembro a 5 de dezembro de 2022

DEU LULA DE NOVO, GRAÇAS À FORÇA DO POVO

EXIGIMOS AGORA:

- Punição dos crimes de assédio e compra de votos, cadeia para os assassinos, depuração da PRF
- Aumento real do salário mínimo, bolsa família de R\$ 600, piso da enfermagem, fim da privatização do Porto de Santos, recomposição das verbas da saúde e educação, reajuste para os servidores, correção da tabela do Imposto de Renda



TODOS A BRASÍLIA

- Pela revogação das reformas trabalhista, da Previdência e do Ensino Médio!
- Por Reforma Agrária, demarcação das terras indígenas e titulação dos quilombos!
- Pela taxação das grandes fortunas, dos lucros e dividendos das empresas!
- Pela revogação do artigo 142, desmilitarização das polícias, os generais para casernas!

PARTIDO

No que vai dar a transição de governo

pág.4

LUTA DE CLASSE

Coação patronal não acabou com derrota de Bolsonaro

pág.9

LUTA DE CLASSE

ANDES deve se desfiliar da CSP Conlutas

pág.10

INTERNACIONAL

Ato em Roma contra a guerra

pág.11

JRdoPT em Volta Redonda prepara ida a Brasília

Após as intensas semanas de campanha de Lula contra Bolsonaro a Juventude Revolução decidiu se reunir em Volta Redonda, no Rio, para debater sobre o segundo turno das eleições e pensar os próximos passos de luta.

Com a presença de estudantes de cidades vizinhas, como Resende e Itaitiaia, assim como de universidades e escolas públicas e privadas, a reunião pôde dialogar sobre a extraordinária vitória eleitoral de Lula, superando, inclusive as dificuldades da campanha como a falta de materiais na reta final em contraponto a quantidade de pessoas nas ruas e banquinhas

pedindo panfletos e adesivos.

Por novembro ser o mês da Consciência Negra, o assunto não ficou de fora e os militantes decidiram realizar uma batalha de MC temática, conhecida como Batalha do Conhecimento, sobre a importância dessa data de 20 de novembro.

Garantir a posse de Lula também foi assunto da reunião. E para que isso se realize, foi discutido o objetivo de construir uma delegação em Brasília dia 1º de janeiro. Para isso iniciaremos uma arrecadação já no dia 20 de novembro, durante a batalha de MCs, com venda de alimentos.

Raíssa Líra



Jovens de Volta Redonda (RJ) se reúnem após eleição

Estudantes negros contra o racismo na UFSC

Quando no dia 28 de setembro deste ano, no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, foram encontradas frases escritas nas paredes do banheiro direcionadas a uma estudante quilombola do curso de Pedagogia, com dizeres de que ali (na universidade) não era espaço para quilombola e que ela deveria voltar para o seu lugar, o Movimento Negro Unificado juntamente com o Centro Acadêmico Livre de Pedagogia e o Diretório Central dos Estudantes paralisaram as aulas e se dirigiram a reitoria da universidade e a direção do centro de ensino exigindo a identificação da estudante que praticou racismo e a punição da mesma.

Foi o início de uma mobilização coletiva que vem avançando para resistir aos ataques racistas que ocorrem com frequência nesta universidade.

No dia 5 de outubro estudantes negros da UFSC se reuniram numa



Dani Braz em atividade na UFSC

assembleia convocada pelo movimento negro e entidades para debater esta luta.

A assembleia, que contou com a presença de cerca de 150 pessoas, encaminhou diversas ações, como uma manifestação na sessão do Conselho Universitário em 11 de outubro para pressionar pela aprovação de uma "Política de Combate ao Racismo" e também um ato na reitoria em 13 de outubro para exigir a apuração dos crimes cometidos e punição dos envolvidos.

Apesar da resistência, nas semanas que sucederam a assembleia os ataques continuaram. Foram encontradas pichações racistas em outros centros de ensino e, não satisfeitos com as escritas nas paredes, deixaram uma carta impressa no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) com conteúdo também de agressões racistas.

O movimento negro realizou nova assembleia em 03 de novembro e deliberou por realizar a 3ª Virada Antirracista em 10 de novembro, quando aconteceram durante o dia todo atividades de agitação, além

da realização de uma aula pública e uma reunião ampliada dos coletivos negros para debater os próximos passos.

Até o momento nenhuma ação efetiva foi tomada pelas autoridades policiais e pelas instituições. Já se passaram mais de 45 dias desde o primeiro caso de racismo, os ataques se intensificam diariamente e podemos contar apenas com a ação política dos próprios estudantes para se defender.

Por isso mesmo urge a necessidade de avançar a organização dos estudantes negros para intensificar as mobilizações e a autodefesa. Além disso os estudantes exigem que as entidades estudantis não só apoiem as ações do movimento negro organizado, mas também incorporem a luta dos negros com a criação, na estrutura das entidades, de uma diretoria de negros, para que os estudantes tenham um espaço permanente de debate e organização.

Dani Braz

Pós-graduandos reivindicam reajuste das bolsas

Nas universidades e institutos públicos, que produzem quase toda a pesquisa do país e são fundamentais para seu desenvolvimento, a situação dos pesquisadores é calamitosa.

As bolsas de mestrado e doutorado não são ajustadas desde 2013, período no qual a inflação acumula 75%. Isso significa que, considerando apenas a inflação, uma bolsa de mestrado, hoje de R\$ 1.500,00,

deveria valer R\$ 2.629,29, enquanto que uma bolsa de doutorado saltaria de R\$ 2.200,00 para R\$ 3.832,04.

A destruição da soberania nacional por meio, entre outros, de cortes no investimento em ciência e tecnologia foi objetivo claro do governo Bolsonaro. Foram sucessivos ataques orçamentários, além de discursos constantes de descredibilização da ciência e suas instituições. Esse cenário, atrelado às bolsas sem reajuste,

inviabiliza o trabalho de milhares de estudantes, interrompendo pesquisas e projetos cruciais para o país.

Aproveitando a eleição de Lula, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) acabou de relançar a campanha "Para pintar o Brasil que queremos: reajuste das bolsas de estudo já!". Pesquisadores de todo o país estão começando a se mobilizar para pautar a importância da pesquisa nacional e exigir o reajuste. Já

são mais de noventa mil assinaturas em seu abaixo assinado virtual, bem como apoio de parlamentares e de organizações estudantis.

Agora é necessário construir mobilizações reais na base do movimento para ampliar a campanha e reforçar a reivindicação, que pode ser contemplada nas negociações da comissão de transição do governo.

Paula Ferreira

Dia 1º de janeiro: a Brasília!

A extraordinária vitória do povo no dia 30 de outubro abre uma nova situação no país.

Lula foi eleito presidente contra todas as práticas ilegais cometidas - que devem ser punidas - para tentar dar mais um mandato a este arruaceiro e facínora que habitou o Palácio do Planalto nos últimos quatro anos, e depois de seis anos de uma ofensiva brutal contra os trabalhadores. É um fato histórico.

Venceu o povo trabalhador que ganhou e vai querer levar.

Primeiro na luta contra estes bolsonaristas, patrocinados por empresários, que se manifestam em cidades brasileiras. Com o beneplácito do derrotado e até das Forças Armadas, que negam reconhecer a vitória de Lula, respondemos: respeito ao voto popular!

Segundo, com sinais do mercado (a bolsa cai, o dólar sobe a cada fala de Lula que dialogue com os anseios dos que o elegeram) que tenta pressionar para, sem Bolsonaro, prosseguir a política que beneficiou estes parasitas. Ao mercado respondemos: respeito à vontade popular!

O mercado está nervoso? Pois bem senhoras parasitas, o povo trabalhador está ainda mais, porque quer viver com dignidade.

Sim ao aumento do valor do Bolsa Família. Sim ao aumento real do salário mínimo. Sim ao piso nacional para a enfermagem e recuperação da Farmácia Popular! São algumas

medidas emergenciais para começar a recuperar tudo que foi roubado para beneficiar os especuladores e parlamentares que se locupletam com dinheiro público.

Não vai ser uma batalha fácil fazer valer a vontade que se expressou nas urnas. Vamos entrar em área de turbulência, mas para sair dela, não é apertar os cintos, é reforçar a luta. Para enfrentar um bolsonarismo mais organizado, um novo Congresso eleito, o mais reacionário, um Estado que foi bolsonarizado

“É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE” (GAL)

(vide a Polícia Rodoviária Federal)... Mas para esta batalha contamos com a força do povo que elegeu Lula de novo. É com ela que poderemos contar. E não com os que participaram deste banquete macabro dos últimos seis anos.

Para acabar com isso é que o povo trabalhador votou em Lula, no PT. Ademais das medidas emergenciais que devem estar contempladas no Orçamento de 2023, com a posse de Lula em 1º de janeiro, o povo espera mais.

O povo espera aquelas reformas profundas,

secularmente negadas pelas classes dominantes que comandam as instituições deste país. O trabalhador do campo, por exemplo, espera a reforma agrária que enquanto não vêm reforça a violência, a destruição da natureza e a fome. Os trabalhadores urbanos que querem ter de volta os direitos surrupiados com as contrarreformas trabalhista e da Previdência.

Não vai ser mole não, porque as classes dominantes não vão querer “largar o osso”. Por isso é preciso começar, desde já, a organizar a força capaz para reconstruir e transformar este país secularmente dominado por interesses imperialistas, opostos aos interesses do povo.

E organizar já começa por darmos à posse em 1º de janeiro o conteúdo que teve esta extraordinária vitória.

Durante as greves da década de 1970 no ABC Paulista, Lula falou “jamais duvidem da capacidade de luta da classe trabalhadora”. Não duvidamos e é com ela que queremos estar para que a vitória de 30 de outubro seja realmente um “novo amanhã”, como discursou Lula na Paulista depois de proclamado os resultados.

Em 1º de janeiro vamos a Brasília! Como cantou nossa grande Gal, o Brasil vai mostrar sua cara e o povo trabalhador, estará atento e forte! Viva a vitória de 30 de outubro, força à luta que temos pela frente!

CONTRIBUA COM O TRABALHO

Como já virou tradição nesta época do ano, a campanha financeira de O Trabalho segue em ritmo acelerado.

O calendário 2023, difundido para arrecadar fundos, traz o tema “A luta dos povos por sua soberania - a autodeterminação dos povos”, com fotografias e marcos históricos sendo lembrados mês a mês.

Muito além da decoração e ajuda no planejamento dos dias, o calendário é também a expressão do combate indispensável pela independência financeira que nos permite prosseguir, sem rabo preso, falando abertamente nossas posições políticas.

Ao longo dessas décadas em que o calendário é objeto desses pedidos de contribuição, vários dos nossos apoiadores não deixaram de adquirir nem sequer por um ano.

É o caso de Lúcia Dal Corso, professora da rede municipal de ensino de Itajaí (SC). Ela comenta que “com tantas batalhas importantes pela frente, as organizações de trabalhadores precisam estar mais fortes do que nunca. Isso passa por arrecadar recursos de forma independente de



patrões, para garantir a continuidade da luta”.

Já Cristina Maria, professora de uma escola particular de São Paulo, afirmou: “Apesar de não ser petista, sempre votei no PT e há muitos anos encontro os militantes de O Trabalho em manifestações, lutando pelos direitos dos trabalhadores. Comprei o calendário uma vez e hoje compro todos os anos. Gosto de ter, no meu escritório, a lembrança constante da nossa luta pela construção de um mundo mais justo”.

A todo vapor, paralelamente à campanha pelo respeito ao voto popular e a luta por garantir a posse de Lula, reforçamos o convite aos nossos leitores que busquem contato com a militância de O Trabalho e façam também sua contribuição.

Memória

TORTURADORES DEVEM SER PUNIDOS

Os torturadores da época da ditadura devem continuar impunes? De acordo com parecer da Advocacia Geral da União (AGU), órgão subordinado à Presidência da República, a resposta é sim. Um parecer da AGU afirma que os crimes de tortura teriam sido perdoados pela Lei de Anistia, de 1979. É uma posição inaceitável, (...) em total contradição com o que se espera de um governo do PT. (...) Dois ministros criticaram a posição da AGU: Tarso Genro (Justiça) e Paulo Vannucchi (Direitos Humanos). (...) Punir os torturadores e seus comandantes é um ato elementar de democracia e de reparação às vítimas da repressão. E, para que a verdade apareça, é necessário também que o governo Lula abra imediatamente os arquivos da ditadura..

O Trabalho nº 650 - 19/11/2008

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho



No que vai dar a “transição” de governos?

Nós não sabemos, esperamos que dê tudo certo. Mas não houve até agora um balanço eleitoral da direção do PT nem uma resolução sobre o governo Lula-Alckmin, apenas uma conversa virtual da Executiva que ficou de se reunir.

Pela imprensa se sabe que, como é natural, há muitos petistas no “gabinete de transição”. A imprensa diz que há 300 quadros de vários partidos coordenados pelo vice Alckmin, designado por Lula.

Muita gente diz que Lula-Alckmin será um governo em disputa. Na realidade há vários tipos de disputa nesse “gabinete de transição” que ainda não é um governo. Há três entraves para uma “transição” exitosa que realize os “sonhos” que Lula prometeu “não trair” na memorável noite de 30 de outubro na avenida Paulista. É a disputa que interessa ao povo e, humildemente, a nós também.

Primeiro entrave

O primeiro entrave é o Orçamento de 2023 acertado por Bolsonaro com o centrão de Artur Lira, presidente da Câmara.

Ele deve ser votado até o fim de dezembro. Lira sinalizou aceitar pontos como Salário Mínimo e Auxílio Brasil, em troca dos 19 bilhões das “emendas secretas” da sua turma. Se aceitar tirar o Auxílio do Teto de Gastos, então “sobrariam” alguns bilhões para Merenda Escolar, Farmácia Popular e outros itens. Mas não para a recomposição em 2023 das verbas da Educação, Cultura, Moradia, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Muito menos para elevar o piso do Imposto de Renda, pois

o atual e o novo Congresso ainda mais reacionário não querem saber de taxar as Grandes Fortunas, ou os Lucros e Dividendos das grandes empresas, ambos compromissos de campanha necessários para financiar as demandas sociais.

Segundo entrave

O segundo entrave é a cúpula das Forças Armadas. Indo direto ao ponto, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, publicaram no dia 11 uma nota “às instituições e ao povo”, como se eles mesmos fossem uma autoridade superior. A nota acolhe as “manifestações populares” golpistas na porta dos quartéis na pretensão da força armada se erigir em “moderadora” (com qual mandato?) contra a “desarmonia” e pela “paz social”, pela “imediata atenção a todas demandas legais” e “contra possíveis arbitrariedades” (de quem?). A verdade é que a esdrúxula nota expressa a tutela dos militares sobre a “república” proclamada por um putsch militar, sem nunca ter havido, desde então, uma assembleia democrática soberana. É o próprio bonapartismo, o conteúdo do artigo 142 da Constituição de 1988 que é preciso revogar algum dia.

Terceiro entrave

O terceiro entrave é o sistema de justiça - o STF, o TSE, a PGR e o TCU. Apenas ilustrando outro momento da “disputa de governo”, cinco dos atuais ministros do STF foram passar no feriadão com tudo pago em Nova York, a pretexto de um “seminário” com economistas e empresários, patrocinado pela Câmara



Geraldo Alckmin foi designado por Lula para conduzir a transição

de Comércio Brasil-Estados Unidos (imoral!). Sem prejudicar as brilhantes ideias destes juristas, eles não aplicariam melhor o seu tempo de trabalho pago pelos contribuintes acelerando os processos que se acumulam? Não serviriam melhor à democracia instruindo a punição dos crimes eleitorais de assédio, de compra de votos e a depuração da Polícia Rodoviária Federal? Ou era tudo figuração, e estão se cacifando para tentar guiar a “república”?

Começa agora

Realistas, conhecemos os obstáculos dos entraves institucionais para realizar as aspirações sociais e nacionais do povo.

Não estamos entre os afoitos editorialistas e ex-ministros Meirelles e Fraga, que já sentenciaram que para Lula “a luta de mel acabou”. Não é assim. O mercado pode estar “nervoso”, o povo é mais paciente, mas ele também tem necessidades prementes. A luta política dará o tempo

das transformações estruturais de fundo que não foram feitas nos 13 anos de governo do PT, e que só uma Constituinte Soberana pode realizar.

O caminho começa agora pelas demandas mais sentidas - piso de enfermagem, verbas sociais, despejo zero etc. - para chegar junto com a força do povo na posse levantando a imediata revogação dos decretos e portarias infames e obscurantistas, a recomposição do IBAMA, ICMBio e Funai, a demarcação das terras indígenas e a titulação dos quilombos, e a Revogação da reforma trabalhista, da reforma previdenciária e do Ensino Médio.

O que está em jogo não é só mais um país na “onda rosa”, como o Chile (dezembro), a Colômbia (junho) e o Peru (julho), onde a direita se retirou em ordem, aqui está em jogo ou uma frustração maior do que a de Boric, ou então o avanço - para o que trabalhamos - de uma “onda vermelha” antimperialista na América Latina.

Markus Sokol

Na Bahia, Jerônimo derrota ACM Neto

Depois de uma virada extraordinária no 1º turno, o resultado do 2º com Jerônimo obtendo 52,79% dos votos e ACM Neto (União Brasil) com 47,21% confirmou a força do povo baiano para eleger pela quinta vez o PT e ampliar a votação em Lula.

Foi uma vitória do povo, e também da militância do PT que no início do ano bravamente atropelou a ideia bizarra das principais lideranças do partido em abrir mão da candidatura ao governo e lançar Otto Alencar (PSD) frente a unilateral desistência de Jaques Wagner (PT).

Jerônimo ganhou em 364 cidades contra 53 do adversário (12 a mais do 1º turno), porém perdeu em 9 das 10 maiores. ACM Neto foi da descarcação à manipulação. Autodeclarou-se pardo para ter mais recursos, foi o candidato do “tanto faz” na disputa presidencial, mas teve

apoio de João Roma (PL) e, oportunista que é, espalhou santinhos dele com Lula. Sem falar do uso ilegal de prefeituras para coagir funcionários a seu favor o que, muitas, fizeram também para o genocida.

Nota-se que o somente discurso do legado foi insuficiente para reverter votos e, de outro lado, o arco “amplo” de alianças à centro-direita gerou mais confusão, no já descreditado sistema político de representação. Não é menor o fato que, das cidades maiores, Ilhéus e Itabuna são administradas pelo “aliado” PSD do senador reeleito Otto Alencar e, Feira de Santana, pelo MDB, partido do vice Geraldo Júnior que é presidente da Câmara de Salvador.

Para o povo, o melhor caminho é que o governo eleito tome medidas concretas para melhorar a vida, retornar direitos e garantir dignidade. É o



Batalha por candidato próprio permitiu vitória

que representa essa vitória. É preciso retomar o diálogo com servidores públicos que amargam apenas 4% de reposição ao longo de 7 anos.

Ampliar os concursos públicos para garantir serviços de qualidade, sem parcerias público-privadas ou

tentativas de privatização como ainda é uma ameaça na Embasa (empresa pública de água e saneamento). É necessário acabar a violência no campo com punições aos mandantes, grande parte do agronegócio bolsonarista. A reforma agrária deve ser retomada, os quilombolas terem titulações e os indígenas garantidas demarcações. É preciso dar um basta no genocídio da juventude negra e, de outro lado, acabar a enorme militarização de escolas municipais no estado.

A revogação da Reforma da Previdência é um meio para reequilibrar as contas e muitas outras demandas que se viu durante a campanha vindas do povo trabalhador, com quem o Diálogo e Ação Petista esteve ombro a ombro nesta vitória, e estará nas próximas batalhas.

Paulo Riela



LULA DE NOVO COM A FORÇA DO POVO!

Amaré humana que tomou conta da Avenida Paulista na noite de 30 de outubro e se espalhou nos quatro cantos do Brasil numa festa popular pelo triunfo do candidato do PT, Lula, dão a dimensão histórica dessas eleições: uma vitória arrancada pela luta de resistência do povo trabalhador à situação aberta com o golpe contra Dilma em 2016 e aprofundada nos governos Temer e Bolsonaro de ataques aos direitos e condições de vida, de destruição da nação.

Resistência do povo trabalhador que impediu que Lula, como ele mesmo disse na Paulista, fosse “enterrado vivo” pela farsa da Lava-Jato, que o tirou da prisão onde ficou por 580 dias e lhe deu um terceiro mandato nas eleições que foram as mais manipuladas pelo governo já vistas em nossa história.

Toda a máquina pública e as instituições estiveram a serviço da reeleição de Bolsonaro, protegido por barganhas com o Legislativo e Judiciário nos sucessivos crimes eleitorais cometidos, além da montanha de “fake-news”, do assédio eleitoral de empresários e pastores para impedir o voto 13, da cumplicidade de forças de segurança, como a Polícia Rodoviária Federal que bloqueou estradas no dia da eleição para tolher o direito de voto de pessoas simples e que agora nada faz para liberar estradas bloqueadas

por caminhoneiros bolsonaristas que pedem um golpe militar.

A vitória de Lula com mais de 60 milhões de votos (51%) é extraordinária, liberando o grito sufocado do povo trabalhador nas comemorações que para além do Brasil repercutiram nos países da América Latina e em todo o mundo, imerso hoje numa crise brutal do sistema capitalista e nas consequências de uma guerra.

Como até agora Bolsonaro não reconheceu o resultado eleitoral, como se faz costumeiramente e como ainda faltam dois meses na presidência para suas provocações e aventuras, é necessário que nos mantenhamos organizados, mobilizados e alertas para fazer valer a vontade popular e garantir a posse de Lula.

Vontade popular de mudança, de melhorar a vida, de salário, emprego, terra, direitos, igualdade e democracia. Como afirmou Lula diante de centenas de milhares na Paulista: o novo governo deve priorizar os mais necessitados. Sim, e para fazê-lo não deve hesitar em remover obstáculos políticos e institucionais que se opõem à satisfação das necessidades do povo trabalhador. Que os generais sejam devolvidos aos quartéis, que sejam restabelecidos os direitos sociais e trabalhistas, que parem as privatizações e o desmanche dos serviços públicos, que sejam respeitados os direitos de

mulheres, negros e indígenas e defendidos os nossos recursos naturais e a soberania nacional.

Temos a clara consciência que não poderá haver “união nacional” com aqueles que são hostis às reivindicações dos mais necessitados, com empresários que coagiram os trabalhadores nas eleições (2 mil denúncias), com privilegiados que lucram com a miséria do nosso povo. Foi essencialmente a luta do povo trabalhador que deu a Lula uma terceira oportunidade de dirigir os destinos da nação de acordo com os interesses de sua maioria social explorada e oprimida.

Nós, do Diálogo e Ação Petista, estamos orgulhosos: participamos com toda nossa energia nessa jornada histórica e heroica do povo brasileiro. Ao longo dessa campanha eleitoral levantamos 13 reivindicações emergenciais que recordamos agora e pelas quais seguimos dispostos a lutar:

- 1 Aumento geral e imediato dos salários
- 2 Tabelamento dos preços da cesta básica
- 3 Defesa da Eletrobras, volta do monopólio da Petrobras e revogação das OSs
- 4 Revogação incondicional da reforma trabalhista
- 5 Revogação da reforma da previdência
- 6 Revogação do teto de gastos,

recomposição das verbas da educação, saúde e cultura

7 Fim da tutela militar (art. 142), desmilitarização das PMs

8 Reforma agrária com financiamento, assistência e distribuição

9 Demarcação das terras indígenas sem restrição

10 Titulação dos quilombos rurais e urbanos

11 Despejo zero, construção de moradias populares

12 Direito à Auto determinação dos povos

13 Vamos discutir a reconstrução e a transformação do Brasil, pela Constituinte com Lula!

Conclamamos a todas e todos a se filiarem ao PT, e se organizarem junto conosco do Diálogo e Ação Petista para continuarmos esse combate em nossos sindicatos, entidades e movimentos populares, para continuarmos a enfrentar o bolsonarismo e batalhar para que o governo que ajudamos a eleger atenda as reivindicações populares.

Na Avenida Paulista, dia 30 à noite, frente a centenas de milhares, Lula disse: “Espero nunca trair os sonhos de vocês”. Que assim seja!

A força do povo elegeu Lula de novo!
Viva a luta do povo brasileiro!

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista

DAP REALIZA PLENÁRIA EM SÃO PAULO

No dia 6 de novembro no plenário Vladimir Herzog do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo reuniram-se cerca de 90 petistas na plenária aberta do Diálogo e Ação Petista da cidade de São Paulo. A plenária contou com a presença de Luiz Eduardo Greenhalgh que fez a fala de abertura da discussão.

Greenhalgh exaltou a vitória popular que se constitui com a eleição de Lula, em especial, pelo fato de Bolsonaro ter usado criminosamente o aparato do Estado em favor de sua candidatura, com complacência tanto do Congresso, do TSE e STF. Enfatizou que Lula é o único que poderia unir em sua candidatura a força social capaz de arrancar a vitória. Contou sobre sua convivência com Lula durante os dias que esteve preso em Curitiba Reafirmou que o DAP tem o dever de continuar a levar a discussão sobre a necessidade de se fazer uma profunda reforma do Estado brasileiro, no momento oportuno, nesse



Petistas reunidos na capital paulista, em 6 de novembro

novo governo Lula.

Adriano Diogo, presente no plenário, foi convidado para a mesa. Ele relembrou sua colaboração com DAP na campanha pela retirada das tropas brasileiras do Haiti. Assinou que vários dos militares, hoje

bolsonaristas, saíram dessa missão. Considerou que pagamos o preço de não ter punido os crimes da ditadura, o que permitiu que Bolsonaro chegasse onde chegou. Afirmou, que temos o dever de não deixar os crimes que se cometeram nesta eleição

impunes.

Compuseram a mesa ainda Jussara Monteiro e Barbara Corrales, pela coordenação municipal do DAP. Barbara expôs a necessidade de levantar desde já as reivindicações imediatas para o orçamento de 2023 e fez uma apresentação DAP. Sucederam-se 21 falas do plenário em um caloroso clima de disposição para levar a frente a luta dos trabalhadores após a vitória de Lula. Unânime foi a consideração sobre a necessidade de se organizar. Muitos levantaram reivindicações ao novo governo e contaram sobre suas experiências na eleição.

Por fim a reunião foi concluída com a adoção de 3 propostas: fazer um panfleto para manter o diálogo onde fizemos a campanha, chamar os grupos de base a se reunirem e junto com os sindicatos e organizações populares construir caravanas a Brasília para nos fazermos presentes na posse de Lula levando as reivindicações populares ao novo governo.

Vitória com “V” maiúsculo

Ao eleger Lula, o povo trabalhador abriu um novo período no país

Depois de seis anos do golpe que impôs um período de trevas para a maioria oprimida do país, o dia 30 de outubro abre um novo período. Foi uma extraordinária vitória dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos negros e de todos os oprimidos, que vai muito além dos 2 milhões de votos de diferença. Para reeleger Bolsonaro não foram poucas as manobras, ilegalidades, coações patronais, compra de votos, tudo isso na tentativa de fraudar a vontade popular majoritária pelo voto em Lula. Mas esta vontade se impôs e tem que ser respeitada!

O retrato da força que elegeu Lula não esteve apenas na manifestação, numa dimensão jamais vista, na noite de 30 de outubro na Avenida Paulista. Em várias cidades Brasil afora, nos bairros e periferias, em manifestações espontâneas o povo trabalhador se congregou pela retumbante vitória.

Esta força do povo derrotou Bolsonaro e seu Orçamento de Emergência (2020) – que, lembremos foi votado pela Oposição -, os que engavetaram os mais de uma centena de pedidos de impeachment que dormiram na gaveta de Rodrigo Maia e Lira (ex e atual presidente da Câmara). Derrotou o Orçamento Secreto, e sua lambança com verbas públicas para angariar votos, a pressão dos militares – que aliás seguem de manguinha de fora (ver pág.7), a intimidação e os assassinatos de eleitores do Lula, as fake news e a manobra do “FGTS Futuro.”

Os 2000 patrões que fizeram uma



Jovens comemoram na Av. Paulista

ofensiva nas suas empresas para coagir seus empregados pelo voto Bolsonaro foram derrotados.

Os padres e pastores que transformaram seus púlpitos em megafones bolsonaristas foram derrotados.

Os bolsonaristas incrustados na Polícia Rodoviária Federal (PRF), a começar pelo seu diretor, que fizeram a escandalosa operação no dia 30 nas estradas, notadamente do nordeste, para dificultar a chegada dos eleitores às urnas, foram derrotados. Vale lembrar que neste mesmo dia, ainda com a votação em curso, depois de conversa com o diretor da PRF, Alexandre de Moraes passou pano, comprando o argumento de que as operações foram feitas com base no código nacional de trânsito!

Não foi pouca coisa. Com tudo e por tudo, dia 30, uma voz, depositada nas urnas, se levantou.

E é dessa voz, e para fazer jus a

ela, que vem a força para exigirmos que todos os crimes eleitorais sejam punidos!

PT recupera votação no Sudeste

Confirmando o que já tinha se verificado no primeiro turno, no segundo o PT ganhou, e até com margem maior, em particular em São Paulo, na capital paulista e no cinturão vermelho. E vamos combinar, este crescimento da votação (bem como no Nordeste), não vem dos “novos aliados”. Em locais tradicionais de votos no PT, que vinham diminuindo em função da experiência com os 13 anos de governo e também da campanha e a perseguição feroz contra o partido e Lula, a recuperação da votação é uma demonstração de que para o povo trabalhador é Lula que pode responder a seus anseios.

Como disse este jornal em editorial da edição anterior, “para a classe

dominada hoje não há outra saída senão a eleição de Lula, como um primeiro passo para voltar a respirar e se oxigenar para a luta pelo seu direito à condição digna de vida e trabalho”. Este primeiro passo foi dado.

Quem deu a vitória a Lula são os que querem livrar-se dos seis anos de tormenta. O resultado eleitoral mudou a relação de forças ultradefensivas e de sucessão de derrotas (contrarreformas trabalhista e da Previdência, nenhum reajuste no salário mínimo, Teto de Gastos, fim de programas sociais, ataques à educação e saúde, para ficar em alguns exemplos).

Com a força do povo, vamos enfrentar os obstáculos

Não serão poucos os obstáculos que Lula irá enfrentar para que seu mandato corresponda à vontade popular de soberania nacional, justiça social e suas reivindicações imediatas, depositadas nas urnas. As instituições que bancaram estes últimos seis anos de trevas seguem aí. A começar pelo novo Congresso, o mais reacionário, eleito à base do Orçamento Secreto. Com eles não há “pacificação”, a não ser em detrimento dos que garantiram a vitória. Uma vez empossado, Lula terá que contar com a força do povo trabalhador para que, mobilizado, retome a palavra e remova os obstáculos que tentarão obstruir o caminho para a reconstrução e transformação do nosso país.

Misa Boito

Cenas da Avenida Paulista

Como foi o maior ato político da história do país

Embora ninguém seja capaz de medir com precisão, é quase certo que o ato da vitória de Lula do dia 30 de outubro à noite, na capital de São Paulo, foi a maior mobilização política de massas da história do país.

Maior que os atos da direita pelo golpe de 2016, maior que as manifestações Fora Collor em 1992 e maior que as das Diretas em 1984.

Talvez possa ser equiparado à maior manifestação de junho de 2013, com uma diferença essencial, no dia 30 de outubro havia um objetivo político bem definido.

Não apenas a Avenida Paulista estava lotada - duas pistas, de ponta a ponta -, mas também as ruas transversais e as paralelas estavam polvilhadas de gente com bandeiras, cantando e dançando, transbordando alegria.

As calçadas do “baixo Augusta”

estavam lotadas de gente comemorando, indo e vindo da Paulista por horas seguidas. Nos metrô, multidões em festa se dirigiam à Av. Paulista, enquanto outros milhares deixavam o local depois de um tempo, numa troca permanente.

Na Augusta, um carro da limpeza urbana parou em frente a um bloco de pessoas reunidas por volta das 20h, quando foi anunciada a vitória matemática de Lula. Foram os trabalhadores em serviço que primeiro gritaram “Lula eleito”, e logo depois um deles desceu do carro e abraçou alguns dos jovens que comemoravam ali também. Saíram para continuar o trabalho depois de uns 10 minutos.

E não foi só na Paulista

Relatos e fotos de vários bairros periféricos (das “quebradas”, do

“cinturão vermelho” da Grande SP) mostram que havia várias pequenas manifestações com centenas, às vezes milhares de pessoas nas ruas, esquinas, praças com bandeiras, cantando, gritando...

Na Ocupação Douglas Rodrigues - a maior da capital paulista, localizada no Parque Novo Mundo, na zona norte da cidade - uma verdadeira explosão de alegria e comemoração tomou as ruas e vielas. Cerca de 200 pessoas saíram em passeata dentro das ruas da Ocupação de forma espontânea. A comemoração foi transformada em passeata e com som e bandeiras se juntaram às comunidades do Parque Novo Mundo, em festa.

Cenas como essa se repetiram em várias partes de SP e atos como o da Paulista, em menor escala, também se repetiram por todo o país.

De volta à Paulista

Quando Lula finalmente chegou, quase meia-noite, ele falou do único caminhão de som estacionado no MASP. E o resto do povo aglomerado nas quadras mais distantes não conseguia ouvi-lo, mas tampouco arredava pé. Com Dilma ao seu lado, Lula foi mais aguerrido do que no discurso do Hotel.

E essa realidade das ruas contrasta completamente com as manchetes, artigos e editoriais dos jornalões dos dias seguintes, cheio de advertências e conselhos “mui amigos” para Lula ir à centro-direita, fazer concessões ao mercado. Mas quantos votos mesmo teve o tal “mercado”? Quantos votos trouxeram a Lula os queridinhos do “mercado” e da mídia, Tebet e Alckmin?

Correspondente

Respeito ao voto popular

Generais para as casernas e punição aos crimes eleitorais

Não havia se passado nem mesmo 24 horas da apuração das urnas e dos ilegais bloqueios da Polícia Rodoviária Federal para impedir votos no Nordeste, quando grupos bolsonaristas, dessa vez sem fardas oficiais, mas com uma coordenação invejável, iniciaram os bloqueios de estradas exigindo “intervenção federal” alegando uma inexistente fraude nas urnas eletrônicas.

Se é verdade que a ação nas estradas arrastava muita gente tresloucada, gerando memes na internet, os “patriotas” começavam a apresentar uma ameaça real, impedindo trabalhadores de chegar em casa e o abastecimento de cidades.

Com ordens judiciais para desocupar as vias, as primeiras ações da PRF foram de confraternizar com os bloqueios. Coube então à torcidas organizadas, populações de regiões periféricas e trabalhadores metalúrgicos a tarefa de começar a abrir, no braço, os bloqueios ilegais.

Luva de pelica e lenha na fogueira

Só então as determinações legais começaram a ser cumpridas pela polícia, com conversa, calma e tranquilidade de fazer inveja a qualquer militante de esquerda, e principalmente a pretos e pobres “acostumados” à brutalidade policial nas favelas desse país.

Bolsonaro que guardava silêncio desde a derrota eleitoral, foi a TV se congratular com as “manifestações populares”, mas pedir para utilizar “outros métodos”. Foi a senha para que o aparato bolsonarista migrasse para a porta dos quartéis,



Bolsonaristas ajoelham-se na frente de muro do Exército no Rio de Janeiro

para insistir na intervenção “federal” ou “militar”, e onde o Exército recebeu a todos sem nenhum constrangimento.

Mais do que isso, colocaram lenha na fogueira. Primeiro, no dia 9, as Forças Armadas apresentaram um relatório que dizia que não havia inconsistência entre os dados das urnas e os dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral, mas levantavam, nas 60 páginas, uma série de poréns, afirmando que embora eles não tenham encontrado fraude, havia possibilidade teórica do sistema ser fraudado.

Depois, no dia 10, o ministério da defesa veio a público “esclarecer” o relatório para dizer que embora eles não tenham “apontado, também não excluíram a possibilidade de fraude”.

Não satisfeitos, no dia 11, os três comandantes das Forças Armadas subiram o tom admitindo que são

forças “sempre presentes e moderadoras nos mais importantes momentos de nossa história” para dar guarida às manifestações golpistas e fazer ameaças veladas.

A volta dos que não foram

São as mesmas Forças Armadas que estabeleceram a república com um golpe de Estado. São os mesmos milicos que encarceraram João Cândido, o líder negro da revolta da Chibata. São os mesmos milicos que mantiveram uma ditadura por 21 anos, recheada de perseguições, censura, tortura e assassinatos e que até hoje não foram punidos. São os mesmíssimos milicos que assassinaram os três metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988, durante uma greve por direitos em Volta Redonda e ficaram, vejam só, impunes. São os milicos que cometeram atrocidades no Haiti e

que cometeram outros incontáveis crimes, de todos os tipos. Impunes, sempre impunes. Quem não se lembra do “poder moderador” do General Villas Boas, com seu tuíte que garantiu Lula na prisão para que o genocida fosse eleito?

É o mesmo “poder moderador”, na verdade tutela militar, que eles querem continuar exercendo.

Foco na mobilização popular

As ameaças golpistas das Forças Armadas, os crimes eleitorais de patrões e prefeitos e os aparatos de estado bolsonarizados, como a PRF, não podem ser tolerados, sob o risco de que cresçam e, como uma erva daninha, asfixiem tudo.

É preciso exigir o respeito ao voto popular e punir os crimes eleitorais. Assim como é preciso pôr fim à farra golpista.

É verdade que Alexandre de Moraes mandou bloquear a conta de 43 empresas e pessoas que estão financiando as manifestações golpistas. Mas até onde o judiciário vai nessa via? Afinal, o mesmo Alexandre de Moraes convidou os milicos a fiscalizar o pleito e deixou livre o diretor da PRF, colocando panos quentes na criminosa operação do dia 30.

São as forças populares, passando pela manifestação da posse em Brasília, que poderão impor o respeito ao voto popular e exigir, até o fim, a punição dos crimes eleitorais e mandar os generais de volta para a caserna, tudo que está na ordem do dia.

Juca Gonçalves

PEC da Transição deve ser passo ao fim do Teto

Se aprovada no Congresso, medida pode atender demandas imediatas

A Equipe de Transição apresentou no dia 16 de novembro o esboço de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de flexibilização da regra do Teto de Gastos de modo a garantir a elevação do Auxílio Emergencial, promessa de campanha eleitoral.

No Orçamento para 2023, apresentado por Bolsonaro em setembro último ao Congresso, estão previstos R\$ 400 de “Auxílio Brasil” por beneficiário - cerca de 20,6 milhões de famílias.

A proposta da “PEC da Transição” prevê um aumento do benefício para R\$ 600 por família e outro acréscimo de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Assim, no Orçamento de 2023, aprovada a PEC, haverá um aumento da

verba ao Auxílio de R\$ 105 bilhões (propostos por Bolsonaro) para R\$ 175 bilhões.

Além disso, a proposta sugere a possibilidade de ampliar em até R\$ 22 bilhões os investimentos públicos quando houver receitas extraordinárias (aumento de arrecadação com royalties de petróleo etc.). Ademais autoriza as universidades federais a usarem receitas próprias (convênios, doações etc.) sem a amarra do Teto de Gastos.

O esboço apresentado sugere ainda que tanto a verba do Auxílio - agora acrescido e rebatizado, novamente, de Bolsa Família - quanto esses possíveis acréscimos a investimentos públicos sejam considerados um orçamento à parte, desobrigado de cumprir com o

Teto da Emenda Constitucional (EC-95). Ou seja, R\$ 197 bilhões ao todo - os R\$ 105 bilhões do Auxílio Brasil já existentes no Orçamento original, mais seus R\$ 70 bilhões de acréscimos e mais os até R\$ 22 bi a investimentos condicionados a receitas extras - poderiam furar o Teto.

Por fim, como os R\$ 105 bilhões originais do Auxílio estariam sendo colocado à parte da peça orçamentária em si, tais recursos ficariam livres para serem gastos em outras rubricas sociais como saúde, educação, cultura etc. O que abre espaço para reajustar merendas, garantir o piso da enfermagem e retomar o Farmácia Popular, para ficar em algumas reivindicações mais que urgentes que precisam ser negociadas.

Toda essa elevação de gastos, ao contrário do que grande mídia e banqueiros alardeiam, não provocará um rombo fiscal. Tratam-se de benefícios a trabalhadores pobres que os usarão integralmente no consumo de alimentos, material escolar, vestuários etc. produzidos no Brasil. Consumo que gerará uma nova renda (às empresas que vendem tais bens e a seus funcionários e fornecedores) no mínimo igual ao gasto orçamentário. E essa renda dobrada gerará impostos que cobrirão boa parte desses gastos a mais.

O problema agora é garantir a aprovação dessa PEC de imediato. Mas no ano que vem será necessário revogar de vez a EC-95 para permitir recompor as verbas sociais.

Alberto Handfas

Quilombo é atacado em Santa Catarina

Bolsonaristas que protagonizaram ataque estão impunes

No dia 1º de novembro, no auge dos bloqueios golpistas em Joinville, cidade do interior catarinense onde Bolsonaro obteve 76% dos votos válidos, a Comunidade Remanescente Quilombola Beco do Caminho Curto, realizou uma manifestação contra a ausência de transporte público para o deslocamento das crianças à escola, fechando a rua

como forma de chamar a atenção das autoridades para o problema em questão.

No entanto, um grupo de cerca de 50 Bolsonaroistas ligados ao movimento antidemocrático em Joinville, com gritos de ofensas racistas, atacou os moradores da comunidade, ameaçando invadir suas residências. Além da incitação ao ódio, chamando-os

de invasores e insinuando que “gente assim” não “se cria” em Joinville, os integrantes continuaram a cercar a comunidade. As autoridades que deveriam proteger e prestar auxílio às famílias, nada fizeram na hora.

No próprio dia e nos dias posteriores, o Movimento Negro Maria Laura, movimentos sociais e sindicatos, prestaram solidariedade e ficaram em

vigília, afim de promover a segurança das famílias e crianças que ali tem seu lar. Diante da solidariedade, os Bolsonaroistas acabaram indo embora, mas ficaram, pelo menos por hora, impunes. Um processo de investigação foi aberto pelo Ministério Público, após registro de Boletim de ocorrência por lideranças da comunidade.

Juliana Kolombeskyi

Bolsonaristas invadem centro de formação do MST

O bando atacou na calada da noite o espaço, num assentamento em Pernambuco

No dia 12 de novembro, durante a madrugada, o Movimento Sem Terra (MST) teve o seu Centro de Formação Paulo Freire, localizado no assentamento Normandia, em Caruaru - Pernambuco, atacado na calada da noite por um grupo de Bolsonaroistas. O local foi pichado com a suástica nazista e com a palavra ‘mito’ em alusão ao derrotado nas últimas eleições, Bolsonaro. A casa da coordenadora do movimento terminou sendo arrombada e parcialmente incendiada pelo grupo Bolsonaroista, um ato criminoso sem precedentes. O MST divulgou que a ação criminosa ocorreu na madrugada do sábado quando ocorria uma festa no Parque de Vaquejada de Milanny, vizinho ao assentamento.

Em nota, a direção estadual do

movimento afirmou que “o Brasil e o povo brasileiro clamavam por atitudes e empenho para resgatar a democracia, os preceitos constitucionais do Estado democrático de direito e uma postura enérgica contra a fome, contra a violência, contra o ódio e contra todo o tipo de preconceito.

Os Bolsonaroistas foram derrotados nas eleições, mas uma minoria, movida pela intolerância, preconceito e ódio de classe, de raça e gênero, não aceitaram os resultados da democracia e estão querendo nos impor um terceiro turno. Felizmente desta vez, ninguém se feriu. Os danos materiais a gente resolve, mas fica mais uma vez a lição, de que não podemos ‘baixar a guarda’.

Temos que manter o alerta para proteger nossas estruturas e garantir a



Pichações no centro de formação

posse de Lula no primeiro de janeiro. Até lá, alerta máximo. Cuidar e proteger nossas estruturas e nossas lideranças, contra a ira do ódio e do preconceito e da intolerância, dos

grupos fascistas”.

Nosso total apoio e solidariedade ao MST na luta contra o ódio e intolerância dos grupos Bolsonaroistas.

Joelson Souza

Elementos da fascistização do bolsonarismo

Não estamos entre aqueles que correram – precipitadamente – para gritar que já estávamos diante de um regime “fascista” desde o primeiro dia do governo Bolsonaro. “O fascismo – definiu corretamente Trotsky no texto ‘O marxismo em nossa época’ (1939) - baseia seu programa na dissolução das organizações operárias, na destruição das reformas sociais e no aniquilamento completo dos direitos democráticos, com o objetivo de impedir o renascimento da luta de classes do proletariado. O Estado Fascista legaliza oficialmente a degradação dos trabalhadores e a pauperização das classes médias em nome da salvação da ‘nação’ e da ‘raça’, nomes presunçosos sob os quais se oculta o capitalismo em decadência”

Anunciar o regime fascista já consolidado há 4 anos era um erro, como se viu pela vitória eleitoral de 2022, não porque não houvesse elementos fascistas no bolsonarismo,

mas porque as organizações operárias não haviam sido dissolvidas, mesmo se foram duramente combatidas e os direitos democráticos não haviam sido completamente liquidados, mesmo se largamente atacados.

O resultado dessa “precipitação”, involuntário ou não, era amedrontar militantes, fazê-los se recolher “antes da hora”, não aproveitar todas as brechas democráticas para a agitação de nossas posições entre os trabalhadores, superestimar as forças do inimigo para justificar uma política de frente ampla com uma inexistente burguesia “democrática” e o “centro”.

Por outro lado, não seria correto, agora que vencemos as eleições, achar que a ameaça do fascismo foi completamente derrotada, como se Bolsonaro, tornado presidente de honra do PL, fosse se limitar ao jogo parlamentar.

Ao contrário, os elementos de fascistização do bolsonarismo estão avançando e vão muito além dos

assassinatos políticos em meio ao processo eleitoral (os assassinos têm que ser punidos!) ou das cenas grotescas vindas de São Miguel do Oeste (SC), quando um grupo de pessoas fez saudação nazista enrolados em bandeiras do Brasil, e do desbaratamento de uma célula nazista na região metropolitana de Florianópolis.

Na verdade, eles se relacionam com o que aconteceu desde o dia 30 de outubro, com a operação descarada da Polícia Rodoviária Federal e a confraternização de policiais, no dia seguinte, com os “manifestantes” que bloqueavam as rodovias. Passam pelo fato de que é visível o aumento da participação popular nas manifestações Bolsonaroistas após as eleições, não necessariamente em números, mas na diversidade da composição social, com ampla participação de negros e pobres (não só “coxinhas”) e uma coesão muito maior, que permite a eles a ousadia de desferirem

ataques físicos aos trabalhadores e oprimidos, de maneira organizada, como se viu nos casos do Quilombo de Santa Catarina e do Centro de Formação do MST em Pernambuco.

Para enfrentar essa perigosa situação, não há outro caminho, senão o de ampliar a ação dos trabalhadores, que deve ser mais organizada do que a que tivemos até aqui e que nos permitiu obter esta vitória eleitoral. Será necessário avançar medidas de auto-defesa e fazer avançar as aspirações populares que se chocam com as instituições subordinadas aos interesses do capital financeiro. Um obstáculo a superar. Quem vai desbolsonarizar o Estado brasileiro, depois de 6 anos de golpe e 4 anos de Bolsonaro?

Se não avançarmos nisso, corremos o grave risco de um retrocesso ainda maior que o que vivenciamos desde o golpe de 2016, ali em 2026 ou antes.

Luã Cupolillo

Ocupar a esplanada em 1º de janeiro

Todos à posse para afirmar o mandato popular e levantar as reivindicações

Começou a preparação da Posse de Lula. Trata-se agora de colocarmos em movimento a militância para ocuparmos a Esplanada em Brasília num tsunami popular de faixas e pirulitos com as reivindicações urgentes do povo brasileiro. A mobilização está começando em vários estados. Veja alguns exemplos abaixo.

Avança a mobilização em São Paulo

Em São Paulo a APEOESP, sindicato dos professores da rede estadual, em comunicado aos sócios do sindicato divulgou que "O Conselho Estadual de Representantes - CERR aprovou a participação de associados da APEOESP nas caravanas que irão a Brasília no dia 1º de janeiro de 2023, por ocasião da posse do novo Presidente da República, para somar nossa resistência à qualquer tentativa de quebra da ordem democrática". Em cada região do estado as Subsedes do sindicato estão organizando ônibus para irem a Brasília.

A Confetam, confederação de servidores municipais filiada à CUT,

decidiu convocar para os dias 1 e 2 de janeiro uma plenária nacional em Brasília, integrando na mobilização os sindicatos filiados de todo o Brasil. O Sindicato dos servidores de São Paulo (Sindsep) já confirmou a mobilização de ônibus para Brasília.

No Diretório Zonal do PT do Butantã um ônibus de 64 lugares já está garantido com a cotização dos militantes. Na Baixada Santista, no litoral paulista, uma Vaquinha está sendo organizada para um ônibus e uma festa de posse do Lula está planejada na periferia de Santos. Há ônibus sendo organizados no ABC, São Carlos e Ribeirão. Na Capital, segundo o companheiro do DAP, Cristiano Flecha "após a plenária do Diálogo e Ação Petista lançamos um cadastro de interessados em participar da posse. Mais de 145 pessoas se inscreveram em 72 horas de divulgação, a maioria disposta a cotizar para viabilizar o transporte".

Pernambuco dá os primeiros passos

Joelson Souza, do PT de Recife, relata que os "grupos de base do



Posse do primeiro mandato de Lula, em 2003, reuniu amplas massas

Diálogo e Ação Petista já se reuniram presencialmente em Recife, Cavaleiro, Rachão e Paulista para discutir os resultados das eleições e preparar a mobilização para a posse". O companheiro relata ainda que há uma mobilização nos sindicatos e entre a juventude petista: "Sindicatos como Aduferpe e o Simpere (professores) estão debatendo a mobilização de seus sócios. A CUT-PE está organizando a mobilização dos sindicatos para ir. A juventude petista está arrecadando e cotizando vagas num ônibus auto-organizado". Por outro

lado, ele pontua que "por hora o PT de Pernambuco não decidiu organizar ônibus para caravana".

Militância se organiza em Mato Grosso

Em Mato Grosso, segundo o companheiro Robinson Ciréia, do PT de Cuiabá, "uma plenária do Diálogo e Ação Petista reuniu 25 pessoas e decidiu um plano de arrecadação. Estamos buscando a CUT e os sindicatos que vão mandar ônibus e delegações para a Posse. Nossa ideia é arrecadar para dividir os custos com eles".

Alexandre Linares

Coação patronal não acabou com derrota de Bolsonaro

É preciso punir exemplarmente quem comete estes crimes

A explosão de casos de assédio por parte de empregadores e chefias ameaçando trabalhadores em função do voto - o Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou o número de 2.749 denúncias, envolvendo 2.093 empresas e instituições públicas - não foi suficiente para dobrar a vontade da maioria do povo. Agora, patrões que não aceitam a derrota são denunciados por coagir seus empregados a participar de manifestações golpistas ou por promover demissões discriminatórias.

Em Jataí (GO), um empresário e seu grupo econômico, com quatro empresas, são alvo de uma ação do MPT por constranger seus empregados a participar de bloqueios e atos golpistas, a qual levou a uma decisão liminar da Justiça do Trabalho estadual. O processo segue. Segundo o procurador do Ministério Público, as empresas e seu proprietário já haviam sido notificados por denúncias de assédio eleitoral, mas a coação continuou.

Em Santa Catarina, no dia 12 de novembro, já se somavam 21 denúncias de patrões que teriam exigido de seus trabalhadores a presença em

bloqueios de rodovias e manifestações. Na cidade de Canoinhas, por exemplo, membros da Câmara de Dirigentes Lojistas teriam coagido seus funcionários a participar de uma "greve" - na verdade, tentativa fracassada de locaute, ou uma greve de empresas, prática proibida no Brasil.

Demissões persecutórias

Nas redes sociais, são vários os relatos de dispensas de empregados em função de sua manifestação a favor de Lula.

Há depoimentos tanto dos trabalhadores alegadamente demitidos por esta razão, como patrões contando vantagem e fazendo chacota do desempregado: "agora faz o L!"

Perfis bolsonaristas, usando a hashtag #DemitaUmPetista, orientam a demitir quem votou em Lula alegando corte de custos, para evitar processos, cientes de que se tratam de ações ilegais. Também sugerem vasculhar as redes sociais de candidatos a emprego.

Uma diarista, Tânia Monteiro, relatou que, 30 minutos depois de ter comemorado a vitória de Lula no status de seu WhatsApp (uma

publicação temporária que aparece aos contatos do aplicativo, como uma rede social), recebeu mensagem de duas patroas dispensando seus serviços. Tânia publicou o print da conversa com uma delas, comprovando que foi em resposta à sua postagem contra Bolsonaro.

Não é página virada

É incontornável ao movimento sindical, se quiser que os trabalhadores mantenham seu direito à liberdade de pensamento político, se mover junto aos seus representados para exigir que nenhum destes crimes eleitorais e antidemocráticos sigam impunes. O crescimento enorme de casos, e sua continuidade após o fim da eleição, mostram não só um movimento combinado de setores empresariais, como a confiança na impunidade - lembramos o que foi noticiado na edição anterior O Trabalho quanto ao véio da Havan, Luciano Hang, que foi condenado mais de três anos depois de cometer assédio eleitoral a uma indenização de míseros R\$ 40.000,00.

Cinco dias antes do segundo turno, um pedido por uma Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado reuniu 28 assinaturas, mais do que o necessário para se viabilizar. Mas a instalação ficou para depois e, até hoje, não se falou mais nisso.

Quanto ao MPT, na primeira semana de novembro, dos 2.093 empregadores denunciados, 220 haviam assinado Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e 66 foram objeto de Ações Cíveis Públicas à Justiça do Trabalho.

O caso da Cerâmica Modelo, no Pará, por exemplo, que viralizou quando o empresário prometeu pagar 200 reais aos trabalhadores em caso de vitória de Bolsonaro, levou a um TAC: ele assinou compromisso que inclui pagamento de R\$ 150 mil, a título de indenização por dano moral coletivo, e R\$ 2 mil para cada trabalhador assediado.

As ações cíveis públicas estão apenas no início de seus procedimentos na Justiça. O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, afirmou em entrevista à Rede Brasil Atual que as investigações prosseguem. Mas a Justiça frequentemente tarda, e falha.

Priscilla Chandretti

A vitória de Lula e a responsabilidade da CUT

No dia 9 de novembro, a CUT realizou a sua primeira (!) reunião presencial da executiva nacional, desde o início da pandemia. Nela, os dirigentes João B. Gomes e Marize Carvalho, distribuíram uma contribuição, da qual reproduzimos trechos:

“Companheiras e companheiros, Lula é presidente de novo com a força do povo (...). Lula ganhou contra a maior máquina de manipulação, coação e compra de votos montada pelo governo com recursos de Estado e a cumplicidade de instituições. Leis e normas foram atropeladas, inúmeros crimes eleitorais cometidos para tentar reeleger Bolsonaro!

Mas a força do povo trabalhador, a sua resistência desde o golpe de 2016 aos ataques sucessivos contra seus direitos e condições de vida,

garantiu a vitória de Lula apesar e contra empresários que ameaçaram os trabalhadores de demissão (...).

A primeira coisa a ser feita é continuarmos mobilizados e alertas, pois, manipulados desde o governo, golpistas não respeitam o voto popular e promovem atos de provocação em vários pontos do país. A posse de Lula será em 1º de janeiro de 2023, até lá a CUT e seus sindicatos devem permanecer mobilizados de alto a baixo para exigir:

- Apuração e punição de todos os responsáveis por crimes políticos e eleitorais!
- Punição dos patrões empresários – foram mais de 2 mil denúncias feitas por trabalhadores e sindicatos – que coagiram os trabalhadores e que em 7 de novembro promoveram locaute

– que também é crime – em alguns pontos do país.

No período de transição que já se abriu, a CUT deve zelar pelas reivindicações imediatas da classe trabalhadora – aumento real do salário mínimo, auxílio de 600 reais, garantia do piso salarial da enfermagem, reajuste dos servidores, fim da PEC 32, merenda escolar, Farmácia Popular, tirar o Porto de Santos da lista de privatizações (como se comprometeu Haddad em São Paulo) – em gestões com a equipe do futuro governo e o próprio presidente eleito.

Para tanto é preciso a maior responsabilidade e discussão coletiva, para que não ocorram episódios como o voto de representante de nossa central (ao lado da UGT e Força Sindical) a favor da proposta do governo Bolsonaro de saque do ‘FGIS futuro’, uma

das tantas falsas benesses para ‘comprar’ voto, quando a mesma compromete o futuro do próprio trabalhador.

Nesta primeira etapa trata-se também de preparar, desde os sindicatos de base, caravanas a Brasília para fazer da posse de Lula uma grande manifestação em defesa da democracia e do voto popular e de afirmação das reivindicações da classe trabalhadora.

A CUT, reafirmando a sua independência diante de governos e autonomia diante de partidos políticos, será chamada a jogar o seu papel na centralização das lutas e reivindicações da classe trabalhadora no novo momento histórico que se abre no Brasil com a eleição de Lula (...), exercendo a legítima pressão em favor da base social que representa e dos interesses da maioria explorada e oprimida de nosso povo!”

ANDES deve se desfiliar da CSP Conlutas

Sindicato apontou desfiliação da central e orienta caravanas para posse de Lula

Por decisão do 40º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, realizado em março deste ano em Porto Alegre, foi convocado para os dias 12 e 13 de novembro um CONAD (Conselho de Associações de Docentes) extraordinário, com a pauta única: CSP-Conlutas: balanço dos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e permanência ou desfiliação da central.

Sem que a discussão de conjuntura pudesse resultar numa resolução, foi exatamente nessa discussão, marcada pela vitória de Lula, que ficou claro o significado da “bola de ferro” representada pela permanência do ANDES-SN na CSP-Conlutas.

Um rápido histórico da política sectária e isolacionista desta central no último período, mostra a

necessidade de que o sindicato saia o quanto antes dessa central.

Com discurso de “Fora todos”, que nos fatos era Fora Dilma, objetivamente a CSP-Conlutas foi uma espécie de ala esquerda do golpe de 2016, ao ponto de um de seus dirigentes, também dirigente do ANDES-SN à época, negar o golpe em plenário de congresso do sindicato. Num congresso do ANDES-SN um dirigente da CSP Conlutas saudou a prisão de Lula pela Lava Jato, levando o sindicato a não se engajar na luta pela sua liberdade.

Diante desse histórico e da vitória eleitoral, realçados pela intervenção dos delegados e observadores identificados com o agrupamento Renova ANDES, e após longa discussão, a diretoria se dividiu. 37 delegados



votaram pelo indicativo de saída, contra 22 que votaram por indicar ao congresso a permanência na CSP-Conlutas.

Ao final do 14º CONAD extraordinário uma moção proposta pelo “Renova” e aprovada orienta as seções sindicais a organizar caravanas a Brasília para participar da posse de Lula, na luta pela defesa do mandato popular

com a exigência de atendimento de reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, como a derrubada da PEC 32 da Reforma Administrativa, a revogação das reformas trabalhista, Previdência e do Teto de Gastos (EC 95), pela revogação da privatização da Eletrobrás e para destinar recursos para recuperar a Saúde e a Educação e demais serviços públicos.

Revogado confisco de 14% de aposentados em SP

Desde 2020, após a reforma da Previdência feita pelo então governador João Dória (PSDB) os servidores do estado de SP amargam uma alíquota de 14% em seus salários. Além de aumentar de 11% para 14% para servidores da ativa, criou-se um confisco de 14% sobre os aposentados, que, tendo contribuído durante toda uma vida de trabalho, não deveriam contribuir para o fundo de

previdência.

As entidades do funcionalismo estadual paulista desenvolveram uma luta contra a aprovação da reforma da Previdência no estado que impôs este confisco de 14%. Após vários atos e manifestações, os deputados governistas, a pedido de Dória, votaram e arrocharam ainda mais os salários dos servidores. Mas a luta pela revogação do confisco não parou.

Durante o período eleitoral o tema voltou a pauta. O governador Rodrigo Garcia, pelo PSDB, em entrevista, disse que a partir de 2023 abriria a discussão da possibilidade de revogar o confisco, enquanto Fernando Haddad, candidato a governador pelo PT, assumiu o compromisso junto às entidades do funcionalismo de revogar o confisco de 14% caso fosse eleito. A luta ganhou, assim, um

reforço.

A deputada do PT e presidente da APEOESP, professora Bebel, tomou a iniciativa junto a outros parlamentares de “costurar” um Projeto de Lei Complementar 43/2022 que foi assinado por 94 deputados, ou seja, a totalidade. O PLC revoga o confisco de 14% dos aposentados e pensionistas que ganham até o teto do INSS, que hoje é de R\$ 7.087,22. A lei passa a

valer a partir de 1º de janeiro de 2023.

Esta medida atinge 420 mil aposentados e pensionistas. O PDL foi aprovado e sancionado pelo governador.

Essa vitória anima a luta dos trabalhadores para revogar a Emenda Constitucional 103, a reforma da previdência de Bolsonaro que permitiu esse confisco.

João B. Gomes

Ato maciço em Roma contra a guerra

Ato convocado por organizações sindicais e políticas italianas reuniu mais de 100 mil

Mais de 100 mil pessoas marcharam em Roma contra a guerra, pela paz, no dia 5 de novembro, a partir de convocação de sindicatos, da União Popular (movimento que propõe um programa de ruptura – NdT), de associações seculares de esquerda e outras católicas.

A manifestação foi uma das maiores contra a guerra até agora na Europa. A União Popular estava presente com uma enorme coluna e uma faixa com os dizeres “Não à guerra, não ao envio de armas, parem os gastos militares”.

Luigi de Magistris, porta-voz da União Popular, explicou em um vídeo durante a manifestação: “Estamos nos manifestando aqui hoje porque somos contra o envio de armas, contra o aumento dos gastos militares, contra a guerra de Putin, da

Otan, contra a União Europeia que escolheu a guerra. Nenhum governo quer a paz, só o povo pode parar a guerra”.

Oposição a Meloni

“É um dia de oposição social e política ao governo [de Giorgia] Meloni e suas prioridades: guerra, alto custo de vida, repressão, salários muito baixos”, pode ser lido na página do Facebook da Poder ao Povo, organização política também presente e membro da União Popular. A manifestação de 5 de novembro ganha, portanto, uma dimensão adicional, poucos dias depois do primeiro Conselho de Ministros do governo Meloni, que promete a restrição de algumas medidas sociais e uma política dura de migração.

Maurizio Landini, secretário-geral



Faixa da União Popular na manifestação

da CGIL, a mais poderosa central sindical italiana, afirmou em entrevista: “Os bombardeios na Ucrânia, a situação dos migrantes no Mediterrâneo e

a crescente pobreza em nossas cidades vêm de uma mesma realidade, de um sistema que devemos combater”.

Correspondente

Chile: reforma mantém fundos privados de pensão

Boric anuncia proposta que está longe do que se esperava

Porta-voz da Coordenação “No + AFP” do Chile, Luís Mesina, publicou em 3 de novembro um artigo, reproduzido em vários jornais do país, com suas considerações sobre a reforma previdenciária anunciada pelo presidente Gabriel Boric.

Como se sabe, o sistema de fundos de pensão privados (AFP) no Chile é combatido há anos pelo movimento sindical e popular e o fim do mesmo era uma exigência inclusive do “estallido social” ocorrido em outubro de 2019 naquele país. Boric, eleito presidente em março passado, prometeu mudanças nesse sistema. Abaixo um resumo da coluna de Mesina:

Uma reforma em que as AFP seguem com seu negócio

As AFP não desaparecem, só mudam de nome e passam a ter os seus atuais custos assumidos pelo Instituto de Previsão Social (IPS) que será criado, passando a concentrar-se

na gestão da inversão da poupança acumulada.

O Estado, assim, vai criar uma nova instituição, “gestora de inversão pública”, que competirá com as AFP, agora chamadas de “gestoras de inversão privadas”. Como a poupança acumulada continua sob a capitalização individual, continua também a lógica de rentabilizar a poupança com investimentos financeiros, com o risco que isso implica para os segurados.

Como as “gestoras privadas” tem mais “expertise” na matéria, elas vão obrigar a “gestora pública” a buscar rentabilizar os seus fundos subcontratando especialistas (fundos de inversão), o que não será grátis (comissões de intermediação certamente serão cobradas).

A poupança acumulada nas AFP não passará automaticamente para o novo ente público que vai disputar a administração dos 10,5% (de alíquota sobre o salário, NdT) com as

entidades privadas. Todos continuam no ente privado (AFP convertidas em gestoras) e para mudar devem escolher individualmente a gestora pública.

Não está claro de que forma será financiado o novo “gestor público”, sendo provável que se licite a sua gestão para entidades privadas.

Mudar de nome e fazer o mesmo não é mudança

O fluxo de capital para as AFP, que não desaparecem, só mudam de nome, será aumentado, pois a proposta mantém e incrementa a poupança via mercado financeiro. Que uma coisa mude de nome, mas continue fazendo o mesmo, não é uma mudança.

O grande negócio das AFP continua, agora mais descarado. Nesta proposta do governo, as AFP e os mais ricos do país não aportaram ou contribuíram com nada!

Cabe a pergunta, de que serve então cotizar (seja o 10% atual ou o 16,5% no futuro) se ao final a poupança individual e a rentabilidade serão insuficientes para autofinanciar uma aposentadoria e o Estado será o que vai aportar mais às pensões?

Para os trabalhadores pobres e os setores médios, na realidade, não lhes convém esse novo sistema de nenhuma forma.

Existem somente duas maneiras de garantir um sistema de aposentadorias suficientes:

- A Com repartição, em que todos solidarizamos entre todos.
- B Com impostos, o que significa que é preciso aumentar a carga tributária dos mais ricos e do capital financeiro.

Da maneira como está proposta essa reforma previdenciária pelo governo Boric é mais do mesmo, inclusive podendo ser pior.

Notas sobre as eleições em Israel

As eleições legislativas no Estado de Israel, realizadas em 1º de novembro, resultaram no retorno ao poder de Benjamin Netanyahu, em uma coalizão com um partido abertamente racista que defende expulsões em massa de palestinos.

O resultado expressa o estado de espírito profundo de uma maioria da “sociedade” israelense.

É o ápice do sionismo, ou seja, de uma política que

advoga, desde a fundação do Estado israelense, a “supremacia judaica” e a negação do direito à existência do povo palestino em sua terra. Ao contrário do que escrevem os editorialistas conservadores, Israel já era um Estado racista baseado em uma política de apartheid.

Nos quatro dias após as eleições, sob a autoridade do governo cessante, o exército israelense executou cinco civis na Cisjordânia, incluindo

um menino de 14 anos.

O contexto também é de profunda renovação dos militantes e dirigentes da resistência palestina, que se expressou eleitoralmente tanto por meio da participação quanto do boicote. As últimas horas da campanha eleitoral foram marcadas por uma propaganda intensa dos partidos “árabes israelenses” pedindo o voto contra o retorno de Netanyahu e contra o líder fascista Itamar

Ben-Gvir.

Os líderes destes partidos “árabes israelenses” são financiados por agências sionistas estadunidenses.

Eles procuraram impedir e depois desacreditar a lista apresentada pelo partido Balad, cuja campanha foi baseada no objetivo de igualdade de direitos em um único Estado para todos os seus cidadãos.

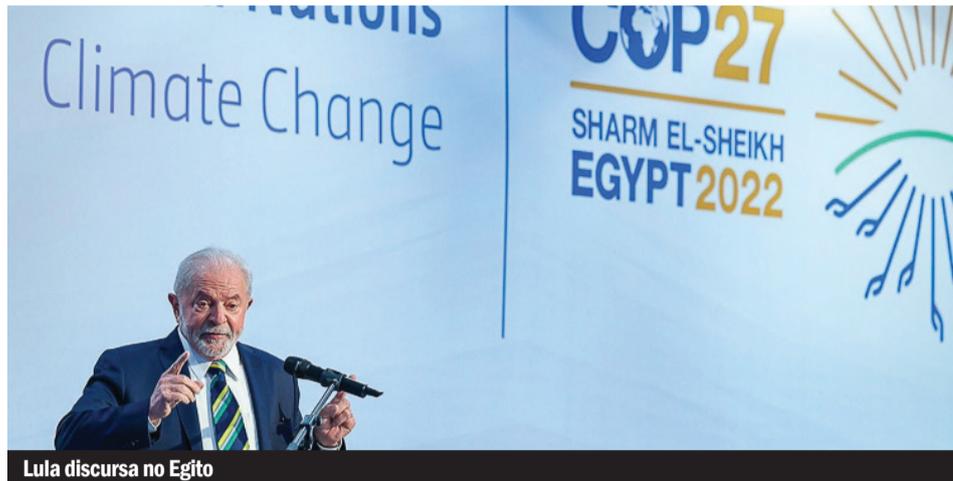
Apesar dessas operações, a abstenção atingiu 47%

entre os palestinos do interior (que vivem nas fronteiras do Estado de Israel). De outro lado, a linha de ruptura do Balad permitiu-lhe recolher 139 mil votos (2,9%, sendo que o limite eleitoral para ter um representante eleito é de 3,25%).

Analistas políticos israelenses observam que milhares de jovens, envolvidos na organização da revolta de maio de 2021, votaram na lista do partido Balad.

COP 27: um fracasso anunciado

A eleição de Lula acabou sendo a “melhor notícia climática”



Lula discursa no Egito

Quando a ativista ambiental Greta Thunberg, rosto presente em todas as conferências de clima da ONU desde 2018 na Polônia, anunciou que não viajaria ao Egito para a COP 27, já não havia muitas expectativas de avanço em acordos sobre a questão do meio ambiente nessa conferência de governos, empresários e sociedade civil acolhida por um regime ditatorial (ver abaixo).

A ativista sueca hoje diz que as

COPs não produzem efeitos práticos pois “não são destinadas a mudar todo o sistema”. Ela não deixa de ter razão, mas o fracasso anunciado da COP 27 se deve diretamente à guerra que explodiu na Europa logo após a COP anterior de Glasgow, detonando os planos de “consenso” para a “transição climática” ali acordados.

Afinal, a guerra na Ucrânia, com a escassez de gás russo vital para a economia europeia, provocou uma

corrida para aumentar a produção de petróleo, gás e até mesmo carvão, que deveriam ser substituídos por “energia limpa”.

Os líderes mundiais, como Biden e Macron, até fizeram discursos no Egito “em defesa do planeta”, mas rapidamente se deslocaram para a reunião do G 20 na Indonésia em 15 e 16 de novembro, onde o tema era a guerra na Ucrânia e o interlocutor principal o chinês Xi-Jin-Ping (na ausência de Putin, representado por seu chanceler Lavrov).

O que deveria ser o centro da COP 27, a reparação aos países pobres pelos danos ambientais provocados pelas emissões poluentes das grandes potências industriais, se reduziu a uma promessa do presidente dos EUA de 180 milhões de dólares de ajuda para toda a África, uma soma irrisória.

Um palanque para Lula

Assim, a presença de Lula, presidente eleito do Brasil, e seu discurso

em 16 de novembro, acabaram sendo o destaque da mídia internacional e junto aos participantes da COP 27. Com Bolsonaro ausente, tanto da COP como do G 20, Lula aproveitou a ocasião para reuniões bilaterais com enviados da China, EUA e outros líderes, transmitindo a mensagem que “o Brasil está de volta à agenda climática”.

Em seu discurso principal, Lula associou a defesa do meio ambiente ao combate à fome no mundo, cobrou a responsabilidade dos países ricos, ofereceu a Amazônia brasileira para sediar uma futura COP, além de não poupar críticas ao governo Bolsonaro.

Segundo a revista “Time”, a vitória eleitoral de Lula foi “a melhor notícia que a luta climática global recebeu em muito tempo”, refletindo tanto o clima que o cercou no Egito, como a falta de outras “boas notícias” vindas da COP 27.

Julio Turra



Egito, uma ditadura militar sediando a COP

País de 95 milhões de habitantes no norte da África é uma ditadura violenta. Abaixo artigo de Samir Hassan, publicado no jornal francês “Informations Ouvrières” nº 731.

“A prisão, a menos de uma semana do início da COP 27 no Egito, de um arquiteto e ativista ecologista indiano de renome, Ajit Rajagopal, que iniciava uma marcha pacífica de oito dias do Cairo a Sharm-el-Sheik para sensibilizar a população sobre a crise climática, ilustra a repressão contínua que existe no país desde o golpe de

Estado que levou o marechal Sissi ao poder há nove anos.

Há mais de 60 mil presos políticos, dentre eles militantes dos direitos humanos e do meio ambiente, nas cadeias egípcias, sob falsas acusações e inclusive torturas. É com esse cenário de fundo que os líderes mundiais discursam, fechando os olhos aos crimes do regime militar, olhando para outro lado.

Regime militar recebe bilhões dos EUA

O regime militar recebe uma

ajuda dos EUA de 1,3 bilhões de dólares anuais desde que assinou os acordos de paz com Israel em 1979. Ajuda que, em 2021, sofreu a retenção de 130 milhões, em função da questão dos presos políticos, mas em janeiro de 2022 foi restaurada por Biden, que em sua campanha eleitoral tinha dito ‘não mais cheque em branco para o ditador favorito de Trump’.

Em meados de outubro, diante de chamados para manifestações populares em 11 de novembro contra a

inflação, Sissi mandou prender centenas de pessoas no Cairo, Alexandria, Suez e outras cidades.

O FMI anunciou em 27 de outubro uma ajuda de 3 bilhões ao Egito, exigindo em contrapartida a desvalorização da libra, moeda local, em 15% e sua flutuação no mercado de câmbio, o que provocou uma alta brutal nos preços, sobretudo nos bens de primeira necessidade.

Com a guerra na Ucrânia mais de 22 bilhões de dólares fugiram do Egito. Resultado,

no início de outubro 800 mil toneladas de trigo, cerca da metade que o Egito importa cada mês, estavam bloqueadas nos portos do país por falta de pagamento aos fornecedores. Os preços do pão e massas explodem, com moinhos parados em 80% e demissões de pessoal.

Ocorre o mesmo com outros importados, como medicamentos. É a miséria colocada diante de milhões de egípcios, um terço dos quais já vivendo abaixo do nível de pobreza.”



Espanha: manifestação monstro em Madri em 13 de novembro contra a política de privatização da saúde do governo regional: redução pela metade de médicos, enfermeiros e pessoal dos postos de saúde de atenção primária que são o pilar do sistema público e gratuito. Um levante que veio dos bairros populares e arrastou os partidos de esquerda, sindicatos, associações de usuários, confluindo para a Praça das Cibeles 500 mil pessoas.

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br